



AValiação DA APRENDIZAGEM ESCOLAR

DOI: 10.5281/zenodo.15239486

Eliene Batista Lopes de Queiroz

Professora Polivalente graduada em Pedagogia pelo Instituto de Educação Superior Presidente Kenedy – IFESP, Especialista em Educação de Jovens e Adultos, com Ênfase no Sistema Prisional pelo IFESP, Mestranda em Ciências da Educação pela World University Ecumenical – WUE – Flórida – US. E-mail: lnlopes@outlook.com.

Maria Francicleide do Nascimento Silva

Professora Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, Especialista em Psicopedagogia pelas Faculdades Integradas de Patos, Especialista em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS pela Faculdade Metropolitana – FAMEC, Mestranda em Ciências da Educação pela World University Ecumenical – WUE – Flórida – US. E-mail: francicleidesilva@yahoo.com.

Maria José Silvestre da Silva

Professora Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Especialista em Gestão Escolar pela UFRN, Mestranda em Ciências da Educação pela World University Ecumenical – WUE – Flórida – US. E-mail: marsilvestres@gmail.com.

RESUMO: Com a promulgação da Lei 9394/96 que fixou as diretrizes e bases da educação nacional – LDB um conjunto de políticas, projetos e programas foram lançados pelas instâncias governamentais com a finalidade de realizar uma ampla reforma no sistema educacional e especificamente da educação escolar pública visando, dentre outros aspectos a redução da evasão escolar, da repetência e, como efeito a garantia do aprendizado efetivo. Dentre as recomendações anunciadas identificam-se os critérios de verificação do rendimento escolar. Segundo o artigo 24, da LDB, a avaliação deve ser contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas. Uma conquista importante ao nível da legislação que precisa ser institucionalizada nas escolas e inserida na prática escolar, buscando, sobretudo, a superação das práticas ameaçadoras e autoritárias que, há pelo menos três séculos, prevalecem na avaliação do aprendizado do educando em nosso país. Ou seja, uma avaliação de características jesuítico/comeniana que não avalia o trabalho docente nem o real significado do que foi transmitido para o educando. Em seu lugar, compreender a avaliação como instrumento de avaliação do trabalho docente e de mudanças da prática pedagógica. Sendo assim, o presente artigo versa sobre a realidade escolar em meio aos processos avaliativos dos educandos. Levando em consideração desde os métodos tradicionais que há anos fazem parte do nosso cotidiano escolar, enquanto professores, bem como, as novas formas de avaliar formativamente e diagnosticamente o educando nessa fase de desenvolvimento e aprendizagem. Logo, o presente artigo foi dividido em parte para melhor compreensão do leitor e reflexão de ideias acerca da temática estabelecida.

Palavras Chave: Avaliação formativa, Escola, Docentes.

Introdução

Com a promulgação da Lei 9394/96 que fixou as diretrizes e bases da educação nacional – LDB um conjunto de políticas, projetos e programas foram



lançados pelas instâncias governamentais com a finalidade de realizar uma ampla reforma no sistema educacional e especificamente da educação escolar pública visando, dentre outros aspectos a redução da evasão escolar, da repetência e, como efeito a garantia do aprendizado efetivo. Dentre as recomendações anunciadas identificam-se os critérios de verificação do rendimento escolar.

Segundo o artigo 24, da LDB, a avaliação deve ser contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas.

Uma conquista importante ao nível da legislação que precisa ser institucionalizada nas escolas e inserida na prática escolar, buscando, sobretudo, a superação das práticas ameaçadoras e autoritárias que, há pelo menos três séculos, prevalecem na avaliação do aprendizado do educando em nosso país. Ou seja, uma avaliação de características jesuítico/comeniana que não avalia o trabalho docente nem o real significado do que foi transmitido para o educando. Em seu lugar, compreender a avaliação como instrumento de avaliação do trabalho docente e de mudanças da prática pedagógica.

Sendo assim, o presente artigo versa sobre a realidade escolar em meio aos processos avaliativos dos educandos. Levando em consideração desde os métodos tradicionais que há anos fazem parte do nosso cotidiano escolar, enquanto professores, bem como, as novas formas de avaliar formativamente e diagnosticamente o educando nessa fase de desenvolvimento e aprendizagem. Logo, o presente artigo foi dividido em parte para melhor compreensão do leitor e reflexão de ideias acerca da temática estabelecida.

A avaliação e a escola: uma realidade contraditória

Tendo como base a apresentação dos seminários e os textos propostos, colocamos o nosso entendimento sobre o que é avaliação. Apesar de ser um assunto bastante debatido entre os educadores, gera polêmicas e dúvidas de como realmente devem se dar os processos avaliativos em sala de aula.

A avaliação tradicional continua a ser predominante na maioria das escolas,



tanto privadas quanto públicas. Este tema figura como um dos mais debatidos em seminários, principalmente no que se refere às práticas avaliativas realizadas atualmente. Há um consenso crescente sobre a necessidade de transformar essa realidade por meio da implementação de novas abordagens pedagógicas e métodos mais inovadores. Essas mudanças buscam não apenas aprimorar o sistema educacional como um todo, mas também promover a aplicação de práticas viáveis e efetivas que estimulem o desenvolvimento integral dos alunos.

Não basta [...] introduzir no conteúdo dos documentos curriculares ou mesmo nos livros didáticos uma perspectiva multicultural. A ideia de currículo real nos levaria a analisar a linguagem dos professores, os exemplos que utilizam, suas atitudes para com as minorias ou culturas, as relações sociais entre alunos, as formas de agrupá-los, as práticas de jogo e brinquedo fora da sala de aula, os estereótipos que são transmitidos através dos livros, aquilo que é exigido na avaliação (Sacristán, 2004, p. 87).

Ao abordar o tema da avaliação, é indispensável refletir sobre as contribuições de filósofos e educadores que enriqueceram esse campo com suas perspectivas e propostas. Figuras como La Salle, Comenius, Perrenoud e Marx, além de educadores como Paulo Freire, Maria Tereza Esteban e Cipriano Luckesi, destacam-se por oferecerem visões críticas e transformadoras.

Comenius, por exemplo, acreditava que o professor deve estar atento à eficácia de sua metodologia. Quando percebe que os métodos empregados não favorecem o aprendizado do aluno, ele deve ter a flexibilidade e disposição para adotar novas estratégias e procedimentos que garantam o sucesso da avaliação e o avanço do aprendizado.

Essa perspectiva reforça a importância de uma abordagem dinâmica e adaptável na educação, levando em consideração a prerrogativa de que “cada indivíduo é único”, cada um tem sua forma de entender, aprender, pensar e constituir diferentes conhecimentos, cabe ao educador estar vigilante a esses detalhes.

La Salle defendia uma abordagem rigorosa na educação, com métodos centrados na disciplina e no foco total no aprendizado formal. Segundo sua perspectiva, atividades como recreio, aulas de artes e música não eram consideradas maneiras adequadas de aproveitar o tempo dos alunos. Ele acreditava que o sucesso ou fracasso escolar estava unicamente relacionado ao esforço individual do aluno,



eximindo o professor de qualquer responsabilidade nesse processo. Essa visão reflete uma concepção muito tradicional da educação, que contrasta com abordagens pedagógicas mais contemporâneas, que reconhecem a importância de outros fatores no processo de aprendizagem.

Os processos de avaliação desempenham um papel significativo no sucesso ou insucesso escolar dos alunos. Muitas vezes, métodos avaliativos tradicionais podem causar desmotivação, contribuindo para a evasão escolar e os elevados índices de repetência. Esses fatores, por sua vez, excluem o aluno de um processo educativo que deveria servir como ferramenta de conscientização e formação integral.

É fundamental destacar que, quando não realizados de forma inclusiva e eficaz, os sistemas de avaliação podem ser uma das principais causas do fracasso escolar. Repensar e reformular as práticas avaliativas se torna indispensável para criar um ambiente educativo mais estimulante, que valorize o desenvolvimento global dos alunos e promova sua participação ativa no processo de aprendizagem.

A organização didática e pedagógica é estruturada para promover metodologias de ensino e avaliação que incentivem a proatividade e a autonomia dos estudantes. Nesse processo, os conteúdos, as abordagens pedagógicas e os métodos avaliativos são organizados de maneira a atender aos princípios científicos e tecnológicos, buscando corresponder às expectativas e necessidades dos educandos.

Esse foco estratégico não apenas estimula o aprendizado significativo, mas também prepara os alunos para os desafios de um mundo cada vez mais orientado pela ciência e tecnologia, tornando o processo educativo mais relevante e alinhado ao contexto contemporâneo.

Avaliar no cotidiano escolar: alternativas para melhorar a avaliação

Traçamos agora, por meio de um breve relato, quais as principais e melhores formas de avaliar o educando no cotidiano escolar e assim melhorando o processo de avaliação. Uma das alternativas de grande relevância para melhorar a forma dos educadores avaliarem seria respeitar as diferenças individuais de cada educando, tarefa



que exige sensibilidade aos professores e educadores. Hoffmann, (2006).

A avaliação deve ser vista como um elemento integrado entre o ensino e a aprendizagem, sendo um elemento fundamental no processo de ensino aprendizagem.

De acordo com o que foi exposto, ensinar exige discente, docência, criatividade, onde a sala de aula é o espaço privilegiado de troca de conhecimentos entre professores e alunos.

No meu ponto de vista, o principal movimento da avaliação da escola, como um todo, deveria ser estabelecer práticas dialógicas por meio das quais as diversas esferas escolares pudessem estar dialogando entre elas e dentro delas, e que essa prática dialógica se torne uma prática que vá alimentando a reflexão sobre o processo educacional que se realiza ali, naquele espaço (Esteban, 2003, p. 23).

Aprendizagem se constrói essencialmente através da ação interativa do professor com o aluno na de aula, onde esta relação não deve ser caracterizada pela verticalidade, onde o professor detém o poder decisório sobre a metodologia, o conteúdo, a avaliação, entre outros, exercendo o papel de mediador entre cada aluno e modelos culturais.

Ao avaliar, o educador deve levar em conta quem avalia e quem está sendo avaliado, assim considero que a tomada de consciência do educador precisa se dar juntamente com o caráter subjetivo da avaliação (Hoffmann, 2006).

O educador precisa entender as diversas linguagens que o aluno possui, ou seja, seus saberes, seus questionamentos na busca de uma aprendizagem qualitativa.

De acordo com Luckesi (2011), a avaliação no cotidiano escolar deve ir além de um simples instrumento de medição de desempenho. Ela deve ser uma prática transformadora, que contribua para a formação do educando enquanto ser social e sujeito ativo da História. Essa abordagem busca garantir que crianças, adolescentes e alunos tenham oportunidades de desenvolvimento como cidadãos conscientes, permitindo-lhes construir uma visão ampla e crítica do mundo.

Em muitas escolas brasileiras, as práticas avaliativas e educacionais refletem ainda os interesses conservadores da educação, mantendo-se enraizadas em modelos que pouco dialogam com as necessidades transformadoras da sociedade contemporânea. Romper com esses limites exige situar a avaliação em um contexto

pedagógico mais dinâmico, onde as ações dos sujeitos envolvidos – tanto professores quanto alunos – demonstrem um compromisso genuíno com a mudança social.

Nesse cenário, é indispensável que a avaliação seja entendida como uma construção coletiva, envolvendo todos os agentes do processo educativo. Apenas assim será possível promover um aprendizado mais significativo, que priorize o desenvolvimento crítico e emancipador dos educandos, alinhado aos desafios e demandas de uma sociedade em constante transformação.

Para Freire (1995), num processo avaliativo, a tomada de consciência gera um grande compromisso, fazendo com que os educadores se tornem agentes de sua própria história, conseqüentemente, agentes de transformação.

A avaliação deve ser vista como ponto essencial, tanto para o aluno, como para o educador. É através deste desafio que o educando busca soluções para problemas existentes. A superação desses desafios não apenas fortalece a confiança e a segurança do aluno, mas também contribui significativamente para seu crescimento nas dimensões sociais e morais, promovendo um desenvolvimento integral e harmonioso.

Sob essa perspectiva, é evidente que a aprendizagem só se concretiza quando há uma integração genuína entre educador e educando, estabelecendo uma relação baseada na amizade e na confiança. Esse vínculo cria um ambiente propício para que ambos colaborem na busca pelo melhor caminho para alcançar o conhecimento.

A avaliação, nesse contexto, é vista como um processo dinâmico e holístico, englobando a participação ativa de professor e aluno. Para que seja eficaz, deve ser sistemática, objetiva e, acima de tudo, participativa, valorizando o envolvimento de todos os atores na construção do aprendizado.

Nos últimos anos, o debate em torno dos fatores que impactam o processo educacional tem se intensificado, especialmente no que diz respeito à avaliação classificatória. Esse modelo, que frequentemente contribui para a evasão escolar, é alvo de críticas por não considerar a diversidade das



trajetórias dos alunos. Além disso, questões como metodologias de ensino, estrutura curricular e os objetivos definidos pelos professores em sala de aula são igualmente apontados como pontos que precisam de atenção e reformulação.

Ainda hoje, é comum encontrar professores que utilizam métodos avaliativos previamente programados, sem levar em conta a historicidade e o contexto social de cada estudante. Isso ressalta a necessidade urgente de práticas avaliativas mais inclusivas, capazes de reconhecer o aluno como um sujeito inserido em uma realidade dinâmica e complexa.

Diante disso, inúmeros alunos fracassam na escola e ficam às margens da sociedade. Pensar na avaliação apenas como ferramenta para aprovar ou reprovar é o lado cruel da escola. Quando está simplesmente classificado aos mais capazes de prosseguir os estudos na série subsequente, acaba penalizando aqueles que pertencem às classes sociais menos favorecidas, distanciando da cultura escolar, consequentemente fracassando.

A avaliação deve partir de uma postura pedagógica significativa do professor que respeite a historicidade e o saber do educando, fazendo com que o aluno problematize, seja um sujeito crítico e criativo na sociedade em que está inserido. Entendemos que a aprendizagem deve ser construída e reconstruída a cada dia.

Ou seja, como bem destaca Vasconcelos (1995), a avaliação do aprendizado deve servir como instrumento fundamental utilizado pelo professor para captar as necessidades do aluno em termos de aprendizagem, e/ou as suas necessidades em termos de ensino.

O que se espera é que através da avaliação o professor possa ter elementos para ver qual o melhor caminho para ensinar, como os alunos aprendem melhor. Estar avaliando para ver se o tipo de trabalho que está fazendo está de fato atingindo os alunos. Se o professor usar a avaliação deste modo, terá elementos para melhorar sua forma de ensinar (Vasconcellos, 2002, p 09).

A avaliação diagnóstica, ao contrário, como um ato integrativo, que leva em consideração todas as dimensões da formação humana, oferece meios para uma aprendizagem realmente efetiva e duradoura, permitindo, por um

lado, ao professor captar as necessidades dos alunos em relação ao ensino, à escola e à



sociedade; e do outro lado, possibilita ao aluno desvelar a realidade, reconstituindo sua própria concepção da realidade social. Ignorar a avaliação nesse movimento pressupõe, no nosso entendimento, a manutenção do quadro perverso de exclusão que os processos de avaliação podem acarretar ao educando.

Na Educação Infantil, o processo avaliativo vem assumindo, cada vez mais, um caráter de acompanhamento cotidiano, ou seja, de processo, em detrimento de práticas que valorizam, tão somente, o produto.

Nesse contexto, consideramos que o portfólio como recurso avaliativo oferece a possibilidade de entender o processo de construção do desenvolvimento e da aprendizagem das crianças. Pois nele deve estar incluso registros escritos, fotográficos, amostras de trabalhos, vídeos, depoimentos dos pais e das crianças, comentários dos colegas entre outros, que ampliam o significado do olhar observador do psicopedagogo, ou seja, revelam algo novo. Temos a convicção de que sem o registro, a compreensão das vivências ficará repleta de lacunas, pois muitas informações podem ser esquecidas.

Sabemos que a elaboração de avaliação para educação infantil não é simples, pois exige a observação atenta da professora sobre a criança, para que apreenda o pensamento dela e, então, possa mediar a construção de novos saberes.

Nessa dimensão, é a compreensão do percurso individual de cada sujeito que favorece tanto a uma intervenção planejada que garanta a consolidação de aprendizagens, quanto à reorientação do fazer psicopedagógico.

Considerações finais

Repensar a avaliação educacional é uma demanda que não pode mais ser adiada, especialmente em um contexto de reajustamento das políticas sociais, que impactam diretamente o trabalho pedagógico nas escolas. Esse cenário evidencia a necessidade de um olhar mais cuidadoso e crítico sobre as práticas avaliativas vigentes.



Há um reconhecimento crescente da urgência em superar os métodos tradicionais que ainda dominam o cotidiano escolar, onde a avaliação muitas vezes é utilizada como ferramenta de poder, acarretando exclusão e desigualdade. É preciso uma transformação que promova uma avaliação inclusiva e formativa, alinhada ao desenvolvimento integral dos alunos.

Além disso, as pressões decorrentes de dados estatísticos formais, como índices de aprovação e retenção, colocam o sistema educacional sob tensão. No entanto, é essencial lembrar que o aprendizado genuíno e significativo não pode florescer em um ambiente de pressão excessiva. A avaliação deve ser um processo que encoraje, motive e inspire tanto professores quanto alunos, permitindo uma construção coletiva e consciente do saber.

Referências

ABREU, Raphael Lorenzeto de. Localização da cidade de Formiga/MG, oeste do Estado de Minas Gerais, Região Sudeste do Brasil. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Formiga_\(Minas_Gerais\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Formiga_(Minas_Gerais)). Acesso em: 29 mar. 2023.

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. Avaliação e processo de ensino- aprendizagem. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v. 3, p. 53-61, set. /out. 1997.

_____. Resinificando a avaliação escolar. In: CALDEIRA, Anna M. Salgueiro (Org.). Comissão Permanente de Avaliação Institucional: UFMG-PAIUB. Belo Horizonte: Prograd/UFMG, 2000. p. 122-129.

CHUEIRI, Mary Stela Ferreira. Concepções sobre a avaliação escolar. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 19, nº 39, jan. /abr. 2008.

COSTA, Dóris Anita Freire. Fracasso escolar: diferença ou deficiência? Porto Alegre: Kuarup, 1994.

ESTEBAN, Maria Tereza. O que sabe quem erra? Reflexões sobre a avaliação e fracasso escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PERRENOUD, Phillipe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Tradução Patrícia Chittoni Ramos – Porto Alegre: artes Médicas, Sul, 1999.

FREIRE, Paulo. Livro da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo, (27ª ed) Paz e Terra Ano 1996.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da pré- escola à universidade. Porto Alegre Ed. Mediação 19º, 2006.



GASPARIN, J. L. Uma didática para a pedagogia histórico crítica. 2ª. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

LIBÂNEO, J. C. Didática. – São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano C. Avaliação de Aprendizagem Escolar. São Paulo, Cortez, 2011.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Algumas observações sobre a mudança na prática de avaliação. Revista da Educação – AEC. Ano 24, N. 94 – janeiro/mar, 2002.